

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

Educação: dilemas contemporâneos



Pantanal Editora

2020

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

**Educação:
dilemas contemporâneos**



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – (URCA)
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 183 p. : il. ; 14 x 21 cm
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	ISBN 978-65-990641-8-0
	DOI https://doi.org/10.46420/9786599064180
	1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. II. Título.
	CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>.
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. Nesse contexto, a obra “Educação: dilemas contemporâneos” constitui-se de quinze capítulos, organizados com o propósito de contribuir com as discussões acerca das questões mais relevantes à educação nacional.

A escola, principal instituição da educação formal, é construída de forma histórica. Depois de existir por muito tempo apenas em função da elite brasileira, a escola passou a ser um bem garantido a todos os indivíduos – não sem muita luta. Antes disso, a classe mais pobre da sociedade não tinha espaço na educação formal. A escola pública e obrigatória para todas as pessoas só começou nos séculos XVIII e XIX.

Nesse contexto histórico que envolve a educação brasileira, a Constituição de 1988 contribuiu, significativamente, com a democratização do ensino. Contemporaneamente, por mais que avanços sejam nítidos, há muito ainda a ser organizado e democratizado na educação brasileira, em suas várias modalidades e níveis. A presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação.

Esse livro contempla assuntos cruciais para a educação contemporânea brasileira; reflete-se sobre a educação inclusiva e o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, como surdez e cegueira; além disso, levanta-se uma discussão sobre a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação – tema muito pouco difundido no meio acadêmico.

As tecnologias influenciam o mundo de uma forma assaz severa. Nesse livro, trata-se do acesso à internet, uma das principais tecnologias novas, e também do acesso (ou impossibilidade de acesso) a outras tecnologias pelos professores. Nesse campo das novas tecnologias, insere-se a escola pública de tempo integral: modelo de educação no qual, para que haja aceitabilidade e eficácia no processo de ensino e aprendizagem, é inevitável o investimento expressivo em tecnologias e formação de professores. A educação em tempo integral é tema presente nessa obra, que também reflete sobre os estudos de gênero e a educação do campo no Brasil.

Lucas Rodrigues Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I DESENVOLVENDO A AUTONOMIA DO APRENDIZ DE INGLÊS COM METODOLOGIAS ATIVAS	7
CAPÍTULO II NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO DOM BOSCO: PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM RIO BRANCO/ACRE.....	17
CAPÍTULO III APRENDER, RESPONSABILIZAR E APLICAR: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO	26
CAPÍTULO IV DISCIPLINA E SEU ANTÔNIMO NA ESCOLA: UM DILEMA COTIDIANO	37
CAPÍTULO V ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO: O CASO DO IFRR / CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	49
CAPÍTULO VI PICHON RIVIÈRE E BRUNER: APRENDIZAGEM, ENLACE, DILEMA E PROBLEMA EM TORNO DAS FORMAS SIMBÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	56
CAPÍTULO VII A INTERNET: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA	67
CAPÍTULO VIII FERRAMENTAS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	83
CAPÍTULO IX APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA COMPREENSÃO DE TEXTOS MULTIMODAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	88
CAPÍTULO X OS ESTUDOS DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS PEDREIRAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO IFMA PEDREIRAS - LEGIP	96
CAPÍTULO XI REFLETINDO CONCEITOS, ATITUDES E PROCEDIMENTOS CONTRA A POLUIÇÃO SONORA: UMA ATITUDE SONORA SAUDÁVEL OU 'LIBERDADE' NA ESCOLA?	110
CAPÍTULO XII AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	124
CAPÍTULO XIII AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	135
CAPÍTULO XIV EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O SISTEMA EDUCATIVO MOÇAMBICANO	158

CAPÍTULO XV

**ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO VISANDO A AUTONOMIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 173**

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

Núcleo de apoio pedagógico Dom Bosco: percurso da educação inclusiva do aluno com deficiência intelectual em Rio Branco/Acre

Recebido em: 30/04/2020

Jhonathan Martins da Costa^{1*}

Aceito em: 06/05/2020

 10.46420/9786599064180cap2

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as pessoas com deficiência intelectual sofreram um processo de total exclusão, destinadas ao confinamento familiar a fim de garantir a segurança e a integridade desses e da sociedade. Atualmente os estudiosos tem utilizado o termo Deficiência Intelectual.

Etimologicamente falando já tivemos várias definições diferentes, sendo a deficiência mental ou o “Doente Mental” como uma das expressões mais faladas e conhecidas para rotular aquela pessoa que não tem condições de desenvolver todas as suas atividades laborais, porém com o passar do tempo esse nome passou a ser utilizado de forma errada para crianças e adolescentes que em idade escolar não conseguiam ter êxito completo nas avaliações escolares, alimentando o preconceito e uma definição incoerente dentro do processo de ensino/aprendizagem que os educadores tanto discutem.

Com o passar do tempo passou-se a compreender que este indivíduo poderia progredir na sua relação com a sociedade, principalmente desempenhando atividades essenciais para o dia a dia, como: se comportar, atender um telefone e se expressar, porém ainda não tinha condições de acompanhar essa metodologia escolar excludente por considerar a homogeneização como princípio para a classificação e seriação, e dessa forma a pessoa com deficiência, fatalmente era diagnosticada como incapaz de ser inserida na vida escolar seriada.

¹ Gerência Municipal de Educação Especial, Secretaria Municipal de Educação (SEME/RB). Rua Quintino Bocaiuva, nº 1833, Bosque. CEP 69.900-670, Rio Branco, Acre, Brasil.

* Autor correspondente: jhonacreano@yahoo.com.br.

Em 1949 foi inaugurado, na zona rural da capital acreana, o Grupo Escolar Dom Bosco que funcionava nos turnos matutino e vespertino, quem vivia naquela época jamais poderia imaginar que aquele grupo escolar rural se tornaria uma escola especial de referência no estado e depois se transformaria em um núcleo de apoio pedagógico tão importante para a sociedade acreana no que se refere à inclusão do aluno com deficiência intelectual. Cada transformação ocorrida na forma de trabalho do Dom Bosco foi fruto sempre do cumprimento da legislação vigente, por exemplo, em determinada época no Brasil acreditava-se que o melhor para o DI seria a sua integração em salas especiais, assim Dom Bosco cria e auxilia essas classes, recentemente com a perspectiva da educação inclusiva muda-se o conceito e implanta-se a inclusão desse aluno DI na sala de aula regular, fazendo assim com que a instituição citada passasse a orientar a transição desse alunado.

Contudo seu papel atualmente está voltado para o acolhimento das famílias e do aluno com deficiência, bem como no diálogo e nas parcerias de trabalho com as escolas regulares dos sistemas de ensino público municipal e estadual com o objetivo de subsidiá-las no processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Nesse contexto, surgem grandes desafios a serem enfrentados e muitas são as indagações que suscitam as investigações, por isso, o objetivo desse estudo é compreender a atuação da Instituição Dom Bosco por meio de pesquisa frente ao proposto pelas políticas públicas da educação inclusiva brasileira, bem como a ampliação do conhecimento a respeito da atual legislação que traz as garantias dos direitos da pessoa com deficiência intelectual na educação.

UM BREVE RELATO SOBRE: O (DES)ENTENDIMENTO A RESPEITO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A busca pela compreensão do conceito de deficiência é algo bastante longo e delicado de se pesquisar, porém o que devemos ter em mente é que:

A pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra. Este direito deve ser respeitado por todos e em todas as situações, como, por exemplo, na saúde, na educação, no transporte, no trabalho, no lazer, no acesso à justiça, entre outros (Adere, 2008).

Portanto, independentemente de qualquer coisa a pessoa com deficiência deve ter seus direitos preservados e assegurados pelo poder público. No que se refere à deficiência intelectual, há um entendimento geral de que a variedade de mecanismos utilizados para a medição intelectual da pessoa, a fim de se rotular um grau para sua “loucura” fez com que a própria sociedade se constitui uma barreira impeditiva do DI para com o mundo escolarizado. Tal afirmativa pode ser constatada pelo famoso teste do Coeficiente de Inteligência, conhecida popularmente como o teste (QI) porém atualmente sofre severas

críticas, que afirmam que o teste serviria apenas para medir uma defasagem educacional do indivíduo.

[...] No entanto, não se pode continuar confundindo processo de cognição ou inteligência com o QI: o primeiro diz respeito às funções cognitivas propriamente ditas; o segundo é um produto das mesmas (Paulon, 2007).

Diante desse impasse de conceptualização o estado brasileiro resolveu seguir uma definição que apresenta a deficiência como uma limitação de capacidade, uma restrição. Tal definição foi acordada na convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, conhecida popularmente como Convenção da Guatemala, internalizada à constituição brasileira pelo decreto n 3.956/2001. Portanto convieram no seguinte:

O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (Decreto Federal nº 3.956, 2001).

Contudo a Deficiência Intelectual não pode ser vista apenas como uma patologia, ou seja, uma anormalidade impeditiva que destine a pessoa portadora de DI há uma vida segregada da sociedade e principalmente da educação. Cada um deve ser avaliado sendo respeitado a sua dignidade de pessoa humana. Portanto, o DI é aquele indivíduo que por mais que venha ter uma restrição mental não se torna inapto ao processo de aprendizagem que se possa desenvolver para com o ser humano.

UM OLHAR DIACRÔNICO AO DOM BOSCO ENQUANTO INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA

No dia 29 de outubro de 1949, foi inaugurado em Rio Branco, capital acreana, o Grupo Escolar Dom Bosco, localizado na zona rural funcionou por anos distante da cidade, o nome era uma homenagem a um religioso italiano que dedicou sua vida a ajudar as pessoas mais humildes transformando-os por meio da educação. Vale ressaltar que tal instituição já nascia nos moldes da ditadura militar do Brasil e acompanhava a cartilha dos militares que na época tinha como presidente da república em exercício o General Eurico Gaspar Dutra.

Em 13 de Fevereiro de 1976, por meio do decreto n13, assinado pelo governador do estado Senhor Geraldo Mesquita, inaugurava-se agora na zona urbana o Centro de Ensino Especial Dom Bosco, como instituição pública iria oferecer atendimento a todos os deficientes que os procurassem ampliando assim suas responsabilidades passando a oferecer educação infantil e fundamental até o quarto ano, por meio de currículos adaptados, posteriormente, com a criação de outros centros especializados, o Dom Bosco ficou

responsável pelo atendimento, inclusive clínico de alunos com deficiência intelectual e múltipla.

O tempo fez com que várias reformas fossem fazendo do Dom Bosco referência no estado em 1991, por exemplo, no então mandato do governador Edmundo Pinto uma grande reforma fez o centro ganhar o segundo piso, tendo em vista que a partir de 1988 a constituição garantia o direito ao acesso e a permanência na escola, ela rapidamente tratou de preparar as salas especiais bem como também do processo posterior de transição para as escolas regulares. Desde 2011, o Dom Bosco está situado em um local mais amplo que proporciona maior mobilidade para o desempenho de suas atribuições.

GARANTIAS LEGAIS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DO D.I

A sociedade brasileira é convicta que suas relações são regidas por questões culturais, esse termo tem sido muito utilizado ultimamente a fim de definir ou tentar explicar os caminhos pelos quais estamos trilhando, porém sabe-se que no Brasil e nos demais países da América Latina várias decisões são tomadas, e só se efetivam de fato por meio da criação de leis que muitas vezes não possui um caráter transformador social por meio da conscientização, mas sim como instrumento impositivo que garanta a obrigatoriedade do cumprimento pela mesma.

A constituição federal vigente institui que é dever do estado e da família garantir o direito à educação, assim a lei fez com que o estado assumisse a responsabilidade de garantir ao seu alunado, inclusive ao deficiente intelectual que teria toda condição por mínima que seja para ele poder estudar, garantindo inclusive o atendimento educacional especializado, conhecido como AEE, bem como uma infraestrutura adequada que garantiria a acessibilidade, por tanto a constituição veio iniciar o processo de uma educação para todos.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Logo após a promulgação da nossa última constituição, a lei n. 7.853/89 veio enfatizar que no Brasil nenhum centro de educação, tanto privado como público, poderá negar vaga ou desligar o aluno especial sem justa causa, pois vale ressaltar que por muitos anos o discurso adotado por alguns educadores é que suas escolas não estavam preparadas para receber esse alunado, essa lei junto com a constituição mostra que desde o final da década de 80 as escolas deveriam estar se preparando para receber esse alunado, caso

contrário sofreriam as sanções puníveis previsto em lei. Portanto agora toda instituição deverá receber o aluno especial proporcionando garantias para seu processo de inclusão.

Artigo 8^a. Constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa: a) recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por se tratar de pessoa com deficiência (Brasil, 1989).

Atuação do Dom Bosco como apoio à inclusão escolar do aluno com Deficiência Intelectual “A inclusão educacional é um direito de todos e para que se efetive de fato requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores” (Projeto Político Pedagógico do Centro de atendimento educacional especializado Dom Bosco, 2014).

Tal citação aponta aquilo que é pensado e executado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico Dom Bosco, as atividades acima de tudo têm como premissa a garantia da cidadania da pessoa com deficiência, a fim de que esses objetivos se tornem efetivos principalmente no campo educacional o núcleo tem executado diversos serviços na área de gestão e capacitação.

Portanto, quando falamos em políticas públicas do estado do Acre, que visam garantir o desenvolvimento das escolas inclusivas, o Dom Bosco passa a ser um agente extremamente ativo nesta causa, a fim de partirmos para uma reorganização do sistema educacional inclusivo, criando e desenvolvendo um sistema de apoio educacional especializado, bem como também proporcionando as escolas comuns todo tipo de recursos seja ele pedagógico ou profissional necessário para o crescimento intelectual desse aluno com deficiência intelectual.

Um dos grandes serviços oferecido pelo Núcleo de Apoio Pedagógico tem sido o atendimento educacional especializado, pois cumprindo a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva Inclusiva. O Dom Bosco vem disponibilizando serviços e recursos fundamentais para que alunos com deficiência intelectual venham a ser incluídos na rede regular, respeitando as políticas públicas e suas definições que coloca a educação especial como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis e realizando o AEE de forma complementar ou suplementar.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB N° 4/2009, também estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5^a O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado em centro de atendimento educacional especializado de

instituição especializada comunitária, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos Municípios (CNE, 2009).

Assim, o Dom Bosco vem cumprindo o papel de ofertar o Atendimento Educacional Especializado conforme a legislação. Seguindo essa atividade no contra turno do horário escolar da qual seu aluno DI foi matriculado na rede regular de ensino comum, tal atendimento é ofertado por meio das salas de recursos multifuncionais e de seus profissionais altamente qualificado, que buscam por meio desse serviço alcançar um nível satisfatório para o desenvolvimento do aluno, via projetos educacionais na busca de um desenvolvimento na relação de ensino-aprendizagem desses educandos, assegurando a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.

O AAE também irá proporcionar ao seu aluno por meio de apoio, a garantia da continuidade nos estudos acompanhando-o na sua progressão seriada oportunizando recursos didáticos e pedagógicos que possam eliminar tais obstáculos que entreme seu processo de aprendizagem.

Outro grande serviço executado pelo Dom Bosco é o Programa de Estimulação Precoce, que trabalha com crianças de 0 a 4 anos, no atendimento a elas fica diagnosticado a melhor forma de trata-la respeitando sua limitação específica que é uma consequência da deficiência, porém não perdendo de vista suas garantias ao direito da promoção da saúde. Por meio das atividades orientadas por esse serviço pretende-se atingir o máximo do potencial dessa criança via ações dinâmicas que se dá logo nos anos iniciais de vida, a fim de contribuir para o seu processo evolutivo, desenvolvimento dos aspectos sociais, afetivos, cognitivos, motor, ou seja, de forma integral.

Tal atendimento é constituído por uma equipe multiprofissional facilitando assim os próprios atendimentos, diagnósticos, acompanhamentos e encaminhamentos, o público alvo desse serviço são as crianças que possuem algum tipo de atraso no seu desenvolvimento neuropsicomotor e deficiência intelectual. Outro grande motivo para que a família procure esse atendimento no Dom Bosco está ligado ao fato de que dentro do atual prédio da instituição existe um bloco de reabilitação vinculado à secretaria de saúde do Estado do Acre, assim ocorre uma parceria entre os profissionais que constituem uma equipe multiprofissional da saúde que atua na interdisciplinaridade e tudo isso faz com que a credibilidade da instituição cresça dentro do núcleo familiar confiando no trabalho realizado e na garantia de que com este apoio incondicional seu filho venha a alcançar um desenvolvimento capaz não apenas de incluí-lo dentro da escola comum, mas de permanecer alcançando seu potencial de forma integral.

Ao realizar a formação continuada e a produção científica, o Dom Bosco visa criar um ambiente favorável para que os educadores possam ter condições de executar um trabalho pedagógico que venha desenvolver a criança por meio da sala de recurso multifuncional, ampliando assim o processo de ensino e aprendizagem desse aluno, a formação continuada se torna fundamental para a especialização do professor nesse caso, pois entende-se que com relação ao DI ainda existe um receio muito grande da sua capacidade de desenvolvimento intelectual e muitas vezes essa “rotulação” faz com que ocorra uma só interpretação conceitual da deficiência, por isso também é muito importante a realização de cursos diversos para a comunidade, pois sua essência informativa é fundamental para conscientização da sociedade. E todo esse conjunto de conhecimento e formação cria uma atmosfera favorável para a produção científica contribuindo com o desenvolvimento informativo para todos.

Educar não é tarefa fácil, é um desafio contínuo, porém satisfatório para qualquer profissional da área, agora promover o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem para pessoas que possuem algum comprometimento cognitivo pode requerer um tempo maior desse educador para que seu educando compreenda aquilo que o professor quer passar, pensando nisso o Dom Bosco começou a criar projetos educacionais que favorecesse o desenvolvimento desse aluno, por meio desse instrumento trabalhasse o interesse de aprender que o aluno demonstra, respeitando e desenvolvendo sua autonomia, pois assim trabalhasse também o senso de responsabilidade desse educando, no mais buscase aprimorar por meio dos projetos educacionais desenvolvido no ano letivo os aspectos culturais, sócias e educacionais do aluno com deficiência intelectual respeitando a sua capacidade e ampliando suas habilidades inclusive para as atividades laborais.

CONCLUSÃO

Concluo que a pesquisa foi realizada a fim de compreender o trabalho que é executado pelo Núcleo de apoio pedagógico Dom Bosco na capital acreana na garantia dos direitos de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino. Depois de um mês de pesquisa e convívio dentro da instituição, percebeu-se que o Dom Bosco vem se reorganizando a fim de voltar a ser reconhecido como Centro de Atendimento Educacional Especializado, pois de fato executa serviços como tal, porém de direito é reconhecido como núcleo pela secretaria de educação do estado do Acre. Atualmente o Dom Bosco possui uma infraestrutura adequada para o acolhimento de seus educandos, porém não poderia ser diferente tendo em vista ter sido reinaugurado no ano de 2011.

Identifica-se que a instituição sempre foi um instrumento legalista e por ser um órgão legalista sempre esteve à frente, a fim de se tornar exemplo do cumprimento da legislação vigente desde 1949, no ano de sua inauguração, como em 1976 quando passou a ser Centro de Atendimento Educacional Especializado e 2011 quando passou a ser denominado como Núcleo de Apoio Pedagógico. Portanto, sempre foi utilizada pela secretaria de educação como meio de propagação para a promoção dos direitos dos alunos com deficiência, principalmente para educandos com deficiência intelectual, um dos suportes de maior relevância atualmente para a sociedade acreana é o núcleo de capacitação, que tem como objetivo central elaborar cursos de formação continuada para profissionais da área bem como também para a comunidade, ampliando assim o conhecimento de ambos e a militância pelos direitos das pessoas DI.

Outros serviços são fundamentais e tem apresentado bons resultados como o Programa de Estimulação Precoce, o funcionamento das salas de recursos multifuncionais e o departamento de reabilitação, porém percebe-se um aumento significativo nos últimos anos na procura de atendimento dos serviços prestados pelo Dom Bosco, aumento esse que não vem sendo acompanhado pelo quadro de funcionários do núcleo limitando assim não o atendimento, mas o acompanhamento principalmente do DI que não se encontra na idade escolar adequada para o serviço. Porém aqueles que iniciam seus atendimentos ainda quando criança recebe um apoio que algumas instituições particulares não conseguem contemplar na sua totalidade.

A equipe multiprofissional que trabalha com a interdisciplinaridade reconhecida como uma das bases para o sucesso do trabalho que é realizado pelo Dom Bosco, pois essa troca de experiências de formações e especializações variadas facilita no processo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento do seu público alvo. Afinal o Dom Bosco trabalha para que o indivíduo possa ter o suporte necessário para ser incluído não só na escola regular mais na permanência dela e na sua inserção na sociedade de modo geral, pois aprende-se no Dom Bosco que para o aluno com deficiência intelectual a escola não é apenas um lugar de socialização mas sim de aprendizagem, reaprendizagem e desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e por fim de proporcionar ensinamento a sociedade do real conceito de socialização das diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADERE (2008) *Manual dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência intelectual* Associação Para o Desenvolvimento Educação e Recuperação do Excepcional, São Paulo. Disponível em:

<http://www.swbrasil.org.br/uploads/download/2231ad2ddee3f0341ad2331cf638dd4694117d0b.pdf> . Acesso em: 14 de Mai. 2020.

Brasil (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 de Jan. de 2020.

Brasil (1989) *Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em :https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 20 Fev. 2020.

Brasil (2001) *Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001*. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 14 de Jan. 2020.

Paulon SP, Freitas LBL, Pinho GS (2007). *Documento Subsidiário à política de inclusão /* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2º ed. 13p.

Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento Educacional Especializado Dom Bosco (2014). Rio Branco Acre.

CNE (2009). Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na educação básica; Estimulação Precoce: inteligência emocional e cognitiva. Adriana de Almeida Navarro. Grupo cultural. São Paulo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

agroecologia 6, 7, 8, 9, 10, 14
altas habilidades ...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15
Anísio Teixeira.7, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 20,
22
aprender fazendo.....7
aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 7,
8, 11, 12, 13, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 8, 10,
12, 13, 14, 15, 6, 7, 10, 11, 6, 7, 9, 10,
11, 12, 13, 14, 15, 7, 8, 11, 6, 7, 8, 10,
12, 15, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 9, 19, 7,
10, 11, 12
baseada em equipe..... 11, 12, 13
significativa 8
autonomia do aprendiz..... 10

C

cognitivo.. 12, 9, 15, 6, 7, 11, 12, 13, 12, 7,
24
colonialismo 10, 11, 12, 13, 15
construção de conhecimento... 6, 7, 9, 13,
7, 10, 11, 14, 10, 13, 17, 18
costumes..... 7
cultura ..6, 7, 11, 12, 13, 9, 8, 9, 12, 13, 17,
19, 9, 14

D

deficiência intelectual.. 16, 7, 9, 10, 11, 12,
13
deficiência visual...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
democracia 11
disciplina 6, 7, 8, 9, 11, 12, 6, 10, 11, 8
distopia..... 6, 7, 9, 12, 13, 16, 20
docência..... 7, 12, 15, 7

E

educação 6
inclusiva.....16, 7, 8, 11, 12, 6, 10, 12
especial10, 11, 6, 7, 8, 10, 11, 12
básica 10
profissional9, 6, 9

educador.....12, 9, 10
ensino 6, 8, 6, 7, 9, 6, 9, 14, 17, 8, 15, 8,
10, 15
colaborativo..... 7
escola(s)
especial..... 7
pública.. 11, 12, 10, 6, 13, 11, 13, 15, 16
de tempo integral ...6, 8, 13, 14, 15, 16,
17, 18, 20, 21, 22, 24
Espanhol 6, 11
estratégias...8, 9, 11, 14, 7, 8, 9, 10, 11, 16,
6, 8, 11, 6, 8, 14, 16, 17, 8
estudante 12, 8, 9, 11, 14, 12, 7
experiência na educação..... 7

F

formação
continuada . 12, 13, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 15,
21, 23
competências..... 9
integral.....8, 6, 7, 11, 13, 15, 17, 18, 20,
21, 22, 23
formas simbólicas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,
15
FRELIMO12, 13, 14, 15, 19

G

gênero.. 9, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
16, 17, 18
grupo operativo.....7, 10, 14

I

identidade..... 12, 6, 9, 10, 11, 13, 18
inclusão 7, 10, 12, 6, 12, 14, 15, 6, 7, 8, 10,
11, 14, 9, 6, 8, 10, 13
indisciplina . 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 13
instituições especializadas 11
Instituto Federal..... 6, 7, 6, 7, 14
Internet..... 6, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18,
19, 20

J

José Moran..... 10

L

LIBRAS 7, 9, 10, 11
língua inglesa 6, 10, 11, 12, 13

M

Maranhão 6, 7, 14
metodologias ativas 6, 9
mobilidade 9, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Moçambique . 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15,
18, 19

N

novas tecnologias 6, 10

P

planejamento. 6, 9, 14, 15, 13, 16, 7, 9, 11,
17, 7, 9, 8
podcasts 11
políticas públicas 7, 10, 14, 18, 15, 6, 7, 9,
13, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 20, 24
poluição sonora .6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15, 17
pós-modernidade 8
prática pedagógica 10, 15, 10, 6, 7

professor 6, 14, 7, 9, 10, 11, 12, 7

S

sala de aula
heterogênea 7
invertida 11
sala de recurso multifuncional 12
saúde do professor 11
senso de plausibilidade 9
signos 7, 8
superdotação..6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15
surdo 6, 7
sustentabilidade 10, 15

T

tecnologia 6
tecnologias digitais de informação e
comunicação 9
tempo escolar ampliado 24
teorias de ensino e aprendizagem 6

U

utopia 6, 7, 9, 11, 16

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul.

Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ISBN 978-659906418-0



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br